



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

1
2
3 **AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E QUINZE**, no auditório da
4 Secretaria Estadual de Saúde, localizado a Praça dos Girassóis, Centro, Palmas, deu-se início
5 às quatorze horas e trinta minutos(14h30) em segunda chamada, constatando que existe
6 quorum suficiente, a **10 reunião ordinária de 2015 do Conselho Municipal de Saúde**. A
7 reunião foi coordenada pelo presidente do CMS, Leonel dos Santos Vaz, representante da área
8 geográfica I, e assessora pela secretaria executiva do CMS Gleidiane Rodrigues Silva Fonseca.
9 Estavam presentes os conselheiros municipais de saúde: Heber de Oliveira, Joseane A.
10 Franco, Fagner Luiz, , Maria Irany Souza Lima, , Giancarlos de Montemor, Analeila
11 Pereira Neves, Alana Barbosa Rodrigues, Leonel dos Santos Vaz, Raimunda Galvão, João
12 Cardoso Lima, Marcos Antonio Soares, André Henrique(suplente), Marcelino, Mucio
13 Breckenfeld Fernandes, Renata Moreira. A pauta foi lida e apreciada pleno pleno, sendo
14 aprovada por unanimidade. **Item 1-0 Presença e ausências justificadas dos conselheiros** –
15 o presidente relata que os conselheiros Wisllay Maciel Bastos, Alessandro Farias Pantoja,
16 Antônio Saraiva, André e Ligia justificaram suas faltas. **Item 2-0 Ofícios**
17 **/memorandos/convites recebidos:** O presidente fez a leitura do Ofício/GAB/PRES nº
18 534/2015 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do TO - Crea, que faz menção ao
19 Ofício nº 042/2015 do CMS, informando que a Empresa Construforte Materiais de Construção,
20 está registrada no Crea sob 31154/RF desde 09/09/2009. **Item 3-0 Deliberação das Atas de**
21 **fevereiro, março e maio de 2015 (ordinária e extraordinária)** O presidente solicitou aos
22 conselheiros se todos receberam as atas e sentem esclarecidos e estão preparados para
23 deliberação as quais foram aprovadas unanimidade. **Item 04: Base descentralizada de**
24 **Taquarucu - SAMU 192:** O Presidente solicitou o expositor representante da Secretaria
25 Geraldo Xavier da Silva Diretor da Urgência e Emergência para explanar sobre o tema
26 proposto. A senhora Maria Luiza Gerente da Urgência e Emergência, representando seu
27 Diretor, informou que não tem conhecimento suficiente para falar sobre o assunto não preparou
28 uma apresentação, soube que iria realizar a apresentação próximo ao horário da reunião, mas
29 que justificar a necessidade de implantação da base do SAMU em Taquaruçu. O conselheiro
30 Marcos Antônio Soares, representante da Igreja Católica, questionou a senhora Maria Luiza,
31 onde estão as ambulâncias? Por que da demora de duas horas para o atendimento, disse que
32 não sabia informar muita coisa especifica do SAMU. Sugeriu que fosse transferido o item de
33 pauta para a próxima reunião tendo em vista que a própria representante da secretaria não tem
34 as condições especificas para responder as questões dos conselheiros. O Conselheiro
35 Giancarlos de Montemor Guarquirello representante do sindicato de odontologia questionou e
36 solicitou planta da estrutura a ser entrega na próxima reunião. A Conselheira Joseane Araújo
37 Franco, representante da Associação Brasileira de Enfermagem Seção TO, questionou a
38 representante e expositora se não tivesse condições mesmo sendo ele assunto pauta pela
39 segunda vezes, seja transferido para uma próxima reunião e que o solicitante refaça o pedido
40 repassando a apresentação em conformidade com o regimento interno. O presidente declarou
41 que devido as dificuldades de esclarecimento aos conselheiros e por proposta de dois
42 conselheiros transferiu para a próxima reunião esse item de pauta. **Item 05- Apresentação e**
43 **deliberação do plano de trabalho de planejamento;** O presidente solicitou a conselheira a
44 conselheira ALANA BARBOSA representante do CRESS, efetuar a apresentação a qual
45 destacou os pontos principais do plano de trabalho, como os objetivos, as estratégias e o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

46 detalhamento financeiro de ações a serem realizadas pela comissão de planejamento.
47 Ressaltou que esta comissão tem como atribuições principais o monitoramento dos conselhos
48 locais implantados ou em fase de implantação, proporcionar a estruturação física do conselho e
49 acompanhar o processo de elaboração dos instrumentos de gestão do SUS e orçamentários. O
50 Conselheiro Marcos Antônio Soares representante da Igreja católica elogia a comissão de
51 planejamento pelo belo plano de trabalho. A Assessora de Planejamento da Secretaria de
52 Saúde – Semus, senhora Celestina, relatou que o CMS deve solicitar ao Secretário a inclusão
53 destes valores no orçamento para o próximo exercício. O Conselheiro Giancarlo Quarquierele
54 representante do sindicato de odontologia, questionou a assessora sobre a insalubridade está
55 incluída no orçamento de 2016, indagando que já está tramitando na comissão de avaliação de
56 legislativo. O presidente solicitou aos conselheiros se todos receberam as atas e sentem
57 esclarecidos e estão preparados para deliberação as quais foram aprovadas unanimidade **Item**
58 **06- Apresentação e deliberação do relatório de gestão do 2º quadrimestre 2015.** O
59 presidente solicitou a leitura do parecer da comissão de finanças que segue descrito na integra
60 pela conselheira Luiza Regina Dias Noleto representante do Governo do Estado. Parecer
61 003/2015 da comissão de Finanças do CMS referente a aprovação do relatório de gestão do
62 segundo quadrimestre de 2015. Está previsto no Art. 41 da Lei Complementar nº 141/2012 que
63 o CMS, no âmbito de suas atribuições, avaliará a cada quadrimestre o relatório consolidado do
64 resultado da execução orçamentária, financeira e o relatório do gestor da saúde sobre a
65 repercussão da execução desta, as condições e a qualidade dos serviços de saúde à
66 população e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo com as indicações para que sejam
67 adotadas as medidas corretivas necessárias e, proporcionar ampla divulgação, inclusive em
68 meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos Art. 56 e [57 da Lei](#)
69 [Complementar nº 101/2000](#). Em reunião realizada com os membros da Comissão de Finanças,
70 Luiz Fernando Amaral Neife representantes do Sindicato dos Servidores da Saúde, Luiza
71 Regina representante da Secretaria Estadual de Saúde e Leonel dos Santos Vaz representante
72 dos usuários, área geográfica I, para avaliar a prestação de contas do segundo quadrimestre
73 do exercício de 2015 e posterior avaliação do plenário do CMS. Com base nos relatórios,
74 Demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações e Serviços, Demonstrativos de Créditos
75 Adicionais, Relatório Detalhado do Segundo Quadrimestre de 2015, Relatórios por
76 Fornecedores/Empenhos e o Plano Municipal de Saúde 2014/2017, instrumentos adequados
77 para avaliar a execução orçamentária, uma vez que possuem informações sobre as metas
78 estabelecidas. São instrumento básico que norteia a definição da programação anual das
79 ações e serviços prestados, assim como da gestão do SUS. Os resultados alcançados
80 orientam eventuais redirecionamentos sendo também instrumento de comprovação da
81 aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS ao Fundo Municipal
82 de Saúde – FMS. Os resultados alcançados são apurados com base no conjunto de
83 indicadores definidos na programação para acompanhar o cumprimento das metas fixadas. A
84 Semus tem avançado muito neste exercício no que diz respeito à mensuração dos indicadores,
85 de forma a verificar o alcance de algumas metas estabelecidas. Foram mantidos os grupos
86 prioritários de vacinação do ano anterior, gestantes, crianças a partir de 06 meses até 05 anos,
87 puérperas, profissionais da saúde, portadores de doenças crônicas, população privada de
88 liberdade e funcionários do sistema prisional, com destaque para os idosos e profissionais de
89 saúde com mais de 100%. Tal fato deve-se em parte, na padronização e no empenho de toda a
90 equipe. Além disso, destacamos a implementação do Plano Municipal de Agrotóxicos e dos
91 Programas (Vigiquim, Vigiar, Vigi solo e Vigisastres), além de outros projetos em andamento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

92 como o monitoramento da qualidade sanitária de refeições. A Atenção Especializada que visa
93 atender as consultas e exames com especialistas, são geridas por um software denominado
94 Assessor Público, sendo que o correto é priorizar a utilização de software gratuito, a exemplo
95 do e-SUS. O fluxo de agendamento deve ser revisto, para evitar que o usuário fique na
96 expectativa de não ser agenda a consulta e ou exame, visto que o procedimento atual (fluxo)
97 proporciona um retrabalho aos Agentes de Saúde, que em algumas situações tem que ir à
98 residência do usuário mais de uma vez. Vale ressaltar que a humanização nos serviços de
99 saúde faz o diferencial em qualquer situação, neste sentido, o diálogo com pacientes deve
100 primar pela observação da condição social que se encontra, se reside distante.
101 Recomendamos efetuar Auditoria nas empresas: **Techcapital Diagnostico e Equip.**
102 **Hospitalares LTDA e Quality Laboratório Clínico Ltda.**, e nos respectivos postos de
103 atendimento para verificar, Guia de Informações do FGTS -GFIP dos três últimos meses,
104 contrato de locação e ou cessão de uso do bem público, se o atendimento está em
105 conformidade com as normas, com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário,
106 referente aos serviços oferecidos justificando aos mesmos, as razões técnicas quando da não
107 realização de ato profissional e previsões contratuais. Em decorrência do aumento das
108 demandas judiciais, a Assistência Farmacêutica, se não for revista a legislação e
109 principalmente o envolvimento da Defensoria e dos Ministérios Público Federal e Estadual, em
110 curto prazo o orçamento poderá ser comprometido. Urgência e Emergência constam que mais
111 de 270 mil atendimentos, praticamente toda a população de Palmas realizou algum
112 procedimento no 2º quadrimestre nas UPA Norte e Sul, alguns fatores que deve ser observado,
113 aumento da violência que está impacta diretamente nos gastos com saúde. Quanto custa um
114 atendimento destas vítimas? Outro item que deve ser observado e de preferência ficar próxima
115 de zero são os trotes, (ligação telefônica não identificada ao SAMU) que representaram neste
116 quadrimestre mais de 10% (dez por cento) do total de ligações recebidas, verificar com Polícia
117 e as empresas de telefonia um meio de rastrear e punir os autores destas ligações. Observa-se
118 um quantitativo elevado de plantões concentrados em poucos profissionais. Solicitado e não
119 informado pela gestão, a contabilização desta despesa, se é de natureza remuneratória,
120 despesa com pessoal para fins de inclusão na apuração do limite de acordo com os critérios
121 estabelecidos no artigo 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000, assim como as despesas
122 com combustíveis solicitadas, porém não informadas. Em análise aos demais relatórios,
123 observamos que necessitam de ajustes nos indicadores para que sinalizem se as metas estão
124 sendo cumpridas. No Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa e Ação (Anexo
125 XI), consta para o exercício de 2015, uma Dotação autorizada de R\$235.085.250,55 (duzentos
126 e trinta e cinco milhões, oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e cinquenta cinco
127 centavos). Juros, desemprego e inflação em alta, PIB em queda livre, estimamos uma
128 frustração na receita de aproximadamente R\$80 (oitenta milhões), significa que deve ser
129 observado o princípio do equilíbrio orçamentário, isto é, o equilíbrio entre receita e despesas,
130 Art. 4º e Art. 9º da LRF, por isto voltamos a repetir a mesma recomendação do 1º quadrimestre,
131 o orçamento uma peça meramente figurativa, somente para cumprir a lei, apenas uma
132 informação, não demonstra a realidade, uma previsão que não irá ser realizada. As previsões
133 de arrecadação (sejam tributárias, ou próprias) devem ser baseadas em series históricas
134 utilizando modelos matemáticos, com parâmetros e formulação. Dentre os principais
135 parâmetros utilizados na elaboração da proposta orçamentária, despontam os indicadores
136 calculados pelos órgãos oficiais: IBGE, Ipea e Banco Central do Brasil. Tais indicadores são
137 usualmente utilizados nos estudos relacionados ao nível de atividade econômica e,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

138 conseqüentemente, na formulação da proposta orçamentária e em sua futura execução,
139 variações de preços, variação cambial e taxa de juros. A receita realizada no quadrimestre não
140 está coerente com a receita prevista (o financeiro está aquém do orçamento). Portanto, para o
141 exercício de 2016 sugerimos que seja utilizado metodologia coerente e adequado ao equilíbrio
142 fiscal, principalmente os gastos com pessoal e apresentar qual a metodologia utilizada na
143 elaboração da Lei de Diretriz Orçamentária – LDO 2016, em conformidade com os Art. 32 e 36
144 da Lei Complementar nº 141, além disso, os termos das normas que disciplinam as
145 competências. A LRF exige também a realização de uma audiência pública durante a
146 tramitação do projeto de Lei no Poder Legislativo. Todas estas informações não estão
147 disponíveis à população, ela deve ser disponibilizada em tempo real (até o primeiro dia útil
148 subsequente à data do registro contábil), data da despesa, número do empenho liquidado e
149 pago, número do processo da execução, classificação orçamentária, identificação da pessoa,
150 inciso I do Art. 48-A da LRF, Art. 5º e 8º da Lei nº 12.527/2011 e da alínea “a” do inciso I do Art.
151 7º do Decreto nº 7.185/2010, esta omissão é passível de suspensão dos repasses da do SUS.
152 Proporcionar maior publicidade nos procedimentos licitatórios, que contenha todas as
153 informações, para evitar que empresas virtuais sejam vencedoras, inciso IV, § 1º do Art. 8 da
154 Lei 12.527/2011 e dos Art. 16, 116, 177, 119 e 124 da Lei 8.666/1993. Independentemente de
155 ser o setor público ou privado, há uma busca para se adquirir melhores produtos, em maiores
156 quantidades e com o menor custo possível, é o princípio constitucional da economicidade e
157 também o da eficiência, prevê a concretização da Lei, no caso as licitações, compra com maior
158 transparência, impessoalidade, agilidade e menor preço. Observamos que neste quadrimestre
159 foram efetuados diversos processos licitatórios como sistema de registro de preços, o qual
160 revela-se um instrumento magnífico para a consecução de tal fim, pois congrega em si as
161 vantagens de economia aos cofres públicos, otimização de recursos materiais e humanos,
162 atração de concorrentes e a transparência necessária a todo procedimento aquisitivo na
163 Administração Pública. Para proporcionar maior transparência e controle, solicitamos para o
164 próximo exercício, a execução orçamentaria e financeiro dos recursos repassados Fundo a
165 Fundo, todos sejam detalhados por Ação e Serviços Estratégicos, exemplos (PROGRAMA DE
166 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA; PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL;
167 AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – ACS; INCENTIVO ADICIONAL PSF; INCENTIVO
168 ADICIONAL SAÚDE BUCAL e PAB FIXO...) para que fique transparente a execução por
169 objetivo de gasto demonstrando que aplicou-se recursos na solução dos problemas priorizados.
170 Os relatórios e demonstrativos permitem identificar a aplicação de recursos repassados ao
171 FMS. É a determinação óbvia de um administrador responsável. Mas, como dimensionar a
172 qualidade do gasto público, a qualidade dos investimentos do bem-estar da população,
173 principalmente numa área tão delicada como está, a saúde, numa época que os recursos estão
174 cada dia mais escassos, e as despesas na contramão das receitas. Como identificar e cortar
175 uma despesa supérflua? A linguagem orçamentária é técnica e, portanto, de difícil
176 entendimento para a maioria dos Conselheiros, e para tal, solicitamos auxílio ao Tribunal de
177 Conta do Estado – TCE, para aproximarmos a técnica ao saber popular. Por fim, o nosso
178 parecer é pela **APROVAÇÃO DAS CONTAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO**
179 **EXERCÍCIO DE 2015**, com as seguintes **RECOMENDAÇÕES**: I – Substituir as despesas
180 bancárias com a folha de pagamento por receitas de cessão do direito de operação da folha de
181 pagamento de pessoal; II – limitação nos remanejamentos dos recursos orçados; III –
182 Disponibilizar à população em tempo real, todas as despesas, em conformidade com o inciso I
183 do Art. 48-A da LRF, Art. 5º e 8º da Lei nº 12.527/2011 e da alínea “a” do inciso I do Art. 7º do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

184 Decreto nº 7.185/2010, IV - mais publicidade nos processos licitatórios, inciso IV, § 1º do Art. 8
185 da Lei 12.527/2011 e dos Art. 16, 116, 177, 119 e 124 da Lei 8.666/1993; V – redução no
186 quantitativo de plantões; VI – Contingenciamento da Despesa em conformidade com o Art. 9º
187 da LRF; VII - As Ações e Serviços Estratégicos detalhados em conformidade com os valores
188 repassados Fundo a Fundo. Os relatórios e parecer ficarão à disposição dos conselheiros para
189 qualquer questionamento que se faça necessário. A ata e a resolução desta plenária devem ser
190 encaminhadas ao Ministério Público e Tribunal de Conta do Estado, a fim de que os mesmos
191 possam acompanhar as deliberações do CMS e tomar as providências que se fizerem
192 necessárias. Este é o parecer e firmamos pela comissão de finanças. A Conselheira Joseane
193 Araújo Franco representante da Associação Brasileira de Enfermagem Seção Tocantins elogia
194 a comissão de finanças pelo brilhante parecer. Sente-se bem representada pelos pares na
195 comissão. Sugeriu a penas ao presidente que seja incluído na próxima reunião item de pauta
196 de alteração da comissão de finanças, pois o Wisley faz parte da comissão aprovado em
197 agosto e ainda não foi feito a resolução, esclarece que a alteração é importante pelo fato de ter
198 apenas 04 membros na comissão e o adequado é seja número ímpar. O Conselheiro Fagner
199 Luiz, representante do Sindifato relatou que ocorrerá cortes no orçamento da União no
200 programa aqui tem Farmácia Popular, nos convênios entre o Governo Federal e as Farmácias
201 privadas, além da diminuição do número de produtos ofertados por esse convênio, o que pode
202 onerar ainda mais as despesas com Saúde no município. Relatou ainda, sobre a judicialização
203 na saúde e uma preocupação, pois está se tornando uma prática cada vez mais comum, e
204 muitas vezes surgem decisões judiciais para medicamentos que teriam alternativas viável
205 dentro da própria padronização de medicamentos do Estado e do Município, é preciso analisar
206 cada caso e sugerir a formação de uma equipe multidisciplinar com a presença de farmacêutico
207 para auxiliar na avaliação deles, como o Núcleo de Apoio Tecnológico – NAT, que faz um
208 trabalho semelhante. O Conselheiro José Marcelino Viana, representante da Ordem dos
209 Ministros do Evangelho, relatou sobre a qualidade do relatório que vem sendo aperfeiçoado e
210 sobre a reprovação pelo Tribunal de Contas da União – TCU das contas da União, lembrando
211 que o CMS deve fiscalizar as decisões tomadas pela gestão. O presidente solicitou aos
212 conselheiros se sentem esclarecidos e estão preparados para deliberação, aprovadas
213 unanimidade **ITEM 07- Validação do formulário de caracterização de áreas com uso de**
214 **agrotóxico no município de Palmas-TO.** O presidente solicitou a expositora Roodneya
215 Williams a qual apenas leu os campos do formulário para cadastramento doas propriedades com
216 mais de vinte hectares e relatou que as propriedades de menor porte são assessoradas e
217 vistoriadas pela Ruraltins. O Conselheiro Luiz Carlos Barbosa, representante do usuário da
218 região “V”, questionou a proposta Roodneya se não é a proteção da saúde do trabalhador; veja
219 só como foi selecionou a área de 20ha, que não chega a cinco alqueires, área esta que não é
220 usada para plantio de soja e muito menos para plantio de hortaliças. Esta área está mais para
221 usar como pequeno criatório de gado, do que uma atividade estritamente voltada ao uso do
222 agrotóxico que são plantios de soja, fruteiras e hortaliças. Sua representação é uma gerência
223 do centro de referência de saúde do trabalhador, deve sim inserir toda a área abrangente da
224 cidade de palmas que trabalha com agrotóxico ou outras atividades de risco, principalmente as
225 hortaliças que já ficou provado que é aonde se usa o maior número discriminado de agrotóxico,
226 veja esses assentamentos usado na produção da agricultura familiar, são áreas pequenas
227 50mts x 100mts ou pouco mais. É onde está concentrado o maior número de áreas. Estas
228 áreas não podem ficar de fora desse projeto de proteção ao trabalhador, até porque trata-se de
229 uma abrangência de sua competência, mesmo como você alega que outras entidades já fazem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

230 esse acompanhamento, mas como você tem essa representação, tem que está subordinado a
231 sua gerência. Tenho visitado áreas que cultiva hortaliças em Palmas são os próprios
232 moradores afirmam não ter um acompanhamento técnico se quer, então entendo que seu
233 formulário precisa contemplar essas áreas, porque entendo ser uma área que em sua
234 somatória atendera um maior número de trabalhadores da produção de hortaliças e áreas de
235 risco já que é o seu propósito “a proteção do trabalhador”. Mini fazendas não produz soja, até
236 porque adquirir um maquinário de produção de soja fica muito oneroso (trator, plantadeira,
237 colhedeira), pois depende de muito capital e precisa de áreas maiores para compensar. E área
238 de cinco alqueires não se usa para plantio de soja e muito menos para cultivo de hortaliças;
239 área usada no plantio de soja, não se usa para o plantio de hortaliças ou outra coisa similar.
240 Áreas de vinte hectares ficam no meio termo. As áreas menores (lotes em torno de quinhentos
241 metros quadrados ou pouco mais) são onde está concentrada o maior número de usuários
242 impactados com uso do agrotóxico na produção de hortaliças, são locais com maior percentual
243 de trabalhador autônomo, muitas vezes sem fins empregatícios, susceptível a ter sua saúde
244 prejudicada, inclusive na maioria das vezes a mão de obra usada é a da sua própria família.
245 Roodineya entendo que o projeto-formulário deva atender um número bem maior de
246 trabalhadores com atividades de risco. O trabalhador rural deve estar protegido em suas
247 atividades laborais. Sua área projetada faz com que eles ficam fora. Outra coisa, os
248 consumidores desses produtos na sua maioria são os palmense, que muitas vezes não sabe
249 nem o que está consumindo, quando se fala em qualidade de alimento. Você afirma que tem
250 registrado um número de setecentas áreas de fazendas que produz soja, desconheço até
251 porque a região do município de Palmas não comporta esse número, a maior região produtora
252 que temos no município é Buritirana, e ela não comporta esse número de fazendas com essa
253 exclusividade de produção de soja. Compreendo a sua preocupação com as áreas de fazendas
254 produtoras de soja, pois ali tem o meio ambiente que requer cuidado e deve ser policiado.
255 Sugiro que dobre, triplique sua equipe de visitação e fiscalização, e que a proposta do
256 formulário deve ser reavaliada, procurando atender esse número maior de pessoas que já foi
257 questionada, e que sua deliberação fica para a próxima reunião, pois precisamos conhecer
258 também na próxima reunião o cadastro de produtores de hortaliças de nossa cidade de Palmas
259 e quem os acompanha, dados estes, que este Conselho até hoje desconhece. João Cardoso
260 representante da área geográfica IV relatou sobre o formulário de caracterização das áreas
261 com uso de agrotóxico no município aponta que o formulário menciona apenas as áreas de 20
262 hectares e no debate exposto pelo conselheiro Luiz Carlos Barbosa aponta as áreas de hortas
263 comunitárias. Estas estão nas áreas urbanas, diante disso, diz que concorda com o conselheiro
264 que seja feito uma reunião extra para acrescentar incluindo as hortas comunitárias no
265 formulário. O presidente faz o encaminhamento para que seja apresentada na próxima reunião
266 apresentar qual a abrangência deste controle e o controle efetuado nas pequenas propriedades
267 solicitou aos conselheiros se sentem esclarecidos e estão preparados para deliberação,
268 aprovadas por 14 votos a favor e 10 votos contra. **ITEM 08- Apresentação das alterações da**
269 **vistoria da realizada na empresa Techcapital.** O Presidente solicitou ao Conselheiro
270 Giancalor iniciar a apresentação da fiscalização da Empresa Techcapital onde apresentou os
271 dados da falta de fixação dos funcionários nas unidades de saúde, de não haver contrato de
272 aluguel de bem público de acordo com o Art. 105 da Lei orgânica do município, falei sobre a
273 falta dos funcionários no dia da vistoria bem como que a sala se encontrava trancada, sobre
274 também da funcionaria fazer o trabalho da empresa no aparelho de eletro, bem como o uso dos
275 produtos da unidade, discorri sobre funcionários com excesso de carga horaria, apresentado os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS

276 dados colhidos e anexados na apresentação, E Sobre o valor pago a impressa pois em Porto
277 Nacional tem uma empresa que é contratada pelo valor da tabela SUS dito pelo vereador
278 Rogério Freitas em audiência pública. Não houve indagação pelos conselheiros e foi solicitado
279 pelo Presidente que se montasse uma comissão de ouvidoria Aprovado por unanimidade. O
280 presidente solicitou que ao conselheiro expositor Giancarlo mais membros do Conselho a
281 deliberação dos pedidos abaixo. O Conselheiro João Cardoso representante da Área
282 Geográfica IV questionou o conselheiro Giancarlo quando da realização da vistoria realizada na
283 empresa Techcapital quantos membros da comissão participarão da inspeção, pois informa que
284 é membro e não sabia dessa visita. Solicitou ao coordenador da comissão o conselheiro
285 Marcos Antônio Diácono que organize uma agenda de reuniões ordinárias da comissão para
286 que possa ter clareza dos trabalhos da comissão. O Presidente informou que consta no
287 relatório de finanças para efetuar auditoria em duas empresas sendo uma a Techcapital. Que
288 ela seja realizada em conjunto com a Comissão de Fiscalização, e seja iniciada após a
289 elaboração do planejamento da mesma **ITEM 09- Apresentação da alteração da lei do**
290 **conselho municipal de saude-** O presidente solicitou a deliberação da alteração da pauta
291 para que seja incluso a deliberação da alteração da lei, sendo aprovado. Com uma negativa da
292 conselheira Joseane que justificou Foi contra no item 09 a alteração da pauta no item
293 aprovação justificado pelo fato que durante a reunião de diretoria ficou acordado que seria
294 apenas apresentação da lei do CMS e não deliberação da minuta. Disse que alteração da
295 pauta tem que acontecer no inicio da reunião e não no decorrer da mesma.O presidente Leonel
296 dos Santos Vaz solicitou o expositor Mucio Breckenfeld para conduzir a apresentação
297 justificado pelo fato de ser o presidente da comissão. O conselheiro MUCIO BRECKENFELD
298 inciou a leitura da minuta e foi questionado pela conselheira JOSEANE ARAUJO FRANCO
299 Joseane Araújo Franco representante da Associação Brasileira de Enfermagem Seção TO
300 com relação ao item 09 solicitou esclarecimento com relação a metodologia de trabalho do
301 expositor e vice presidente do CMS, no que tange a coordenação dos trabalhos durante a
302 leitura da minuta de lei do CMS. E ainda exemplificou se vai ser lido o paragrafo e caso tenha
303 duvida o conselheiro faz -se o destaque. O conselheiro Mucio respondeu que pergunto e a
304 conselheira respondeu, não permitindo a minha resposta. Mucio explica.....e fez a leitura
305 completa do primeiro paragrafo. As 16:45 faltou energia invialibizou a continuidade da reunião.
306 O presidente suspendeu a reunião convocando nova reuniao extraordinaria com pauta
307 apresentação e deliberação das alterações da Lei do conselho municipal de saude para o dia
308 06 de novembro de 2015, horário as 9:30 na secreataria de estado da saude. Não havendo
309 mais o que tratar, encerrou as 16h45 que foi relatada por mim Joseane Araujo Franco, segunda
310 secretaria da mesa diretora do CMS.
311